Apoios e Serviços, Organização e Arquivo, Legislação Laboral, Legislação Comercial, Reclamações, Contrato de Compra e Venda, Ética e Deontologia Profissional.

- Jurista em instituição bancária, de projeto empresarial, no âmbito do protocolo da Linha PME Investe III e IV, com tarefas de elaboração de minutas, verificação de propostas e conferência de contratos e verificação de processos na área do crédito à habitação, incluindo conferência da documentação predial, fiscal, seguros e consequente enquadramento jurídico.

- Jurista na Delegação Regional de Lisboa do IPPAR (atual IGESPAR), no ano de 2006, prestando a assistência técnica à preparação dos procedimentos administrativos e jurídicos inerentes ao lançamento de empreitadas.

- Assessora da Vice-Presidente do IPPAR (atual IGESPAR), no ano de 2005, prestando a assistência técnica e realização de trabalhos de apoio à preparação dos procedimentos administrativos e jurídicos do gabinete.

- Exercício de advocacia entre 2001 a 2008, nas áreas de direito civil, administrativo e penal.

208425291

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 2079/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, LTFP, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 366/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, foi celebrado no dia 25 de agosto de 2014, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a escritã auxiliar em comissão de serviço na Direção-Geral da Administração da Justiça, Mestre Libânia Ascensão dos Reis Santos, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior no mapa de pessoal desta Direção-Geral, com a remuneração de € 1.201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 180 dias, nos termos previstos nos artigos 49.º e 370.º da LTFP, conjugado com o Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

5 de fevereiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

208423306

Aviso n.º 2080/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, LTFP, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por aviso n.º 15826/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2013, foi celebrado no dia 18 de agosto de 2014, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o assistente técnico do mapa de pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. Engenheiro Nuno Miguel Patrocínio de Sousa, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior previsto no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com a remuneração de € 1.201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 180 dias, nos termos previstos nos artigos 49.º e 370.º da LTFP, conjugado com o Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

5 de fevereiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

208423436

Aviso n.º 2081/2015

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, LTFP, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 366/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, foi celebrado no dia 18 de agosto de 2014, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a técnica de justiça auxiliar dos Serviços do Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, Licenciada Gisela Patrícia Morais dos Reis, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com a

remuneração de € 1.201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 180 dias, nos termos previstos nos artigos 49.º e 370.º da LTFP, conjugado com o Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

5 de fevereiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.
208423403

Polícia Judiciária

Despacho (extrato) n.º 1968/2015

Por despacho de 2015.02.06 do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, Dr. Almeida Rodrigues, e nos termos do n.º 2 do artigo 2.º, e dos números 2 e 4 do artigo 3.º, da Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro, foi nomeado, em comissão de serviço, para integrar o Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), o Sr. Inspetor Tributário, Lic. Pedro Manuel Marques Valença, com efeitos a 1 de abril de 2015. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

06 de fevereiro de 2015. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

208425372

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1969/2015

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) realizou procedimento concursal para o cargo de secretário-geral da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, publicado pelo aviso (extrato) n.º 281/2014, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de janeiro de 2014, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto;

Considerando que, não tendo havido três candidatos com mérito para constituir a proposta de designação a apresentar pelo júri ao membro do Governo, foi repetida a publicação do Aviso de Abertura, através do aviso (extrato) n.º 10667/2014, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 23 de setembro de 2014, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 19.º da referida lei;

Considerando que, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 19.º da referida lei, após a repetição do Aviso de Abertura, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais a licenciada Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás;

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, a licenciada Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás para exercer o cargo de secretário-geral da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, cujo currículo académico e profissional consta da nota curricular publicada em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — Autorizo a designada a exercer, em acumulação com as suas funções dirigentes, atividades de docência em estabelecimentos de ensino superior público e privado, com caráter ocasional e temporário, com respeito pelos limites estabelecidos nos artigos 21.º e 22.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e no despacho conjunto n.º 41/ME/90, de 26 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de março de 1990.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

13 de fevereiro de 2015. — O Ministro da Economia, *António de Magalhães Pires de Lima*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás.
Data de nascimento: 12 de março de 1953.

2 — Habilitações académicas:

2010-2011 — Início do doutoramento em Administração Pública, na Universidade de Lisboa, com aprovação no Curso de Estudos Avançados; em fase de preparação de tese;

1978 — Pós-graduação em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Saúde Pública;

1976 — Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Desde 9 de julho de 2012 — Secretária-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, em regime de substituição (e, desde julho de 2013, Secretária-Geral do Ministério da Economia, em regime de substituição);

Desde 8 de julho de 2011 até julho de 2012 — Assessora do Secretário de Estado da Saúde;

De maio de 2007 a maio de 2011 — Administradora hospitalar do Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto;

De julho de 2005 a junho de 2007 — Administradora hospitalar do Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central;

De julho de 2002 a junho de 2005 — Diretora-Geral da Administração Pública;

De abril de 1997 a maio de 2002 — Administradora hospitalar do Subgrupo Hospitalar Capuchos/Desterro;

De janeiro de 1994 a janeiro de 1997 — Diretora-geral do Departamento de Recursos Humanos da Saúde;

De julho de 1991 a janeiro de 1994 — Subdiretora-geral do Departamento de Recursos Humanos da Saúde;

De março de 1983 a junho de 1991 — Diretora de serviços do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa;

De agosto de 1978 a fevereiro de 1983 — Administradora hospitalar do Centro de Lisboa do Instituto Português de Oncologia de Lisboa;

De abril de 1972 a agosto de 1978 — Início de carreira pública no Serviço de Contencioso dos Hospitais Cívicos de Lisboa.

4 — Outra experiência profissional:

Consultoria nacional e internacional — Tem desenvolvido atividades de consultoria, nacional e internacional, no âmbito da organização e gestão, gestão de serviços de saúde e gestão de recursos humanos, em vários países, designadamente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Participação em seminários, conferências e ações de formação — Tem participado como conferencista em inúmeras conferências e palestras, a nível nacional e internacional, sobre temas diversos, no âmbito das políticas públicas, organização e gestão, gestão dos serviços de saúde e gestão de recursos humanos.

É formadora em áreas de organização e gestão, gestão de serviços de saúde e gestão de recursos humanos.

Atividade docente — Tem exercido atividade docente em algumas instituições de ensino superior.

208443143

Direção Regional da Economia do Centro**Édito n.º 56/2015**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente nas Secretarias das Câmaras Municipais de Fundão e Castelo Branco, e na Direção Regional da Economia do Centro, Rua Câmara Pestana n.º 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, S. A., Direção de Rede e Clientes Mondego, para o estabelecimento de Linha Aérea a 15 KV com 2454,88 m de apoio 5 LAT para PTD 1020 CTB em Paradanta a apoio 2 LAT para PTD 1593 CTB em Fonte Coberta-Orada; freguesias de Souto da Casa e São Vicente da Beira, concelhos de Fundão e Castelo Branco, a que se refere o Processo n.º 0161/5/2/971.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou nas Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

27 de janeiro de 2015. — A Diretora de Serviços, *Rosa Isabel Brito de Oliveira Garcia* (artigo 41.º CPA, em suplência).

308421613

Édito n.º 57/2015

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Tábua, e na Direção Regional da Economia do Centro, Rua Câmara Pestana n.º 74, 3030-163 Coimbra, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, S. A., Direção de Rede e Clientes Mondego, para o estabelecimento de Linha Aérea a 15 KV com 547,13 m de apoio 5 LAT Candosa — Ervedal da Beira a PTD 146 TBU; PT 146 tipo R100 de 100 kVA; Rede BT; em Parcelada II, freguesia de Covas, concelho de Tábua, a que se refere o Processo n.º 0161/6/16/355.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

29 de janeiro de 2015. — A Diretora de Serviços, *Rosa Isabel Brito de Oliveira Garcia* (Art.º 41 CPA, em suplência).

308421492

Instituto Português da Qualidade, I. P.**Despacho n.º 1970/2015****Aprovação complementar de modelo n.º 301.21.15.03.04**

No uso da competência conferida pela alínea b), do n.º 1, do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de setembro e nos termos do n.º 5.1 da Portaria n.º 962/90, de 9 de outubro e da Portaria n.º 978/2009, de 01 de setembro, aprovo a alteração complementar do parquímetro, marca Hectronic Kienzle, modelo CITEA, fabricado por Hectronic GmbH, com sede Allmendstrasse 15, D-79848 Bonndorf, Alemanha, devidamente requerida pela empresa SOLTRAFEGO — Soluções de Trânsito, Estacionamento e Comunicações, S. A., com sede na Av. Comendador Ferreira de Matos, 779, 4450-125 Matosinhos, na qualidade de atual representante e distribuidor exclusivo deste modelo.

1 — Descrição sumária

A alteração relativamente ao modelo original, já aprovado pelo Despacho de Aprovação de Modelo n.º 301.25.08.3.01, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 30/2008, de 12 de fevereiro de 2008, consiste numa descrição mais pormenorizada, nomeadamente no que se refere à possibilidade deste modelo ter controlo remoto com transmissão bidirecional de dados entre o parquímetro e um sistema central através de um *software* apropriado e ainda do mesmo modelo apresentar a possibilidade de ter leitor de cartões com tecnologia que permite duas formas de interface uma de contacto e outra sem contacto, entre outras funcionalidades.

Este modelo de parquímetro mantém as características metrológicas e demais características descritas no Despacho de Aprovação de Modelo original.

Assim, trata-se de um contador de tempo de estacionamento destinado à medição do tempo de estacionamento de veículos automóveis, que inicia o seu funcionamento pela introdução de moedas ou utilização de cartões, e que permite a transação do tempo de estacionamento com base numa tarifa predefinida.

A referida tarifa é configurada e gravada sobre uma memória interna, incluindo a mudança de horário verão/inverno, feriados, etc.

A hora afeta ao parquímetro está integrada nas funcionalidades básicas da placa principal.

2 — Constituição**2.1 — Dimensões e peso:**

(1595 mm × 405 mm × 311 mm)/(altura × largura × profundidade);
80 kg (aproximadamente).